

ESTADO, POLÍTICA SOCIAL E REGRESSÃO DE DIREITOS

Alzira Maria Baptista Lewgoy*

Ana Paula Ornellas Mauriel**

Maria Liduína de Oliveira e Silva***

Renato dos Santos Veloso****

É com grande satisfação que apresentamos o 34º volume da Revista *Temporalis*, cujo tema se dedica ao debate sobre as funções e configurações do Estado e das políticas sociais no contexto atual de crise capitalista e seus desdobramentos sobre a “questão social”, considerando a regressão de direitos advinda com a entrada do neoliberalismo no país a partir dos anos 1990, agudizada a partir dos desafios conjunturais recentes, e no Brasil, com a nova onda de contrarreformas motivada pelo contexto pós-golpe de 2016.

* Assistente Social, mestre e doutora em Serviço Social pela PUCRS. Professora do curso de Serviço Social Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

** Assistente Social e Mestre em Serviço Social pela UFRJ, Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas (UNICAMP). Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF).

*** Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUCSP. Professora no curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

**** Assistente Social, Mestre e Doutor em Serviço Social pela UFRJ. Professor da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Desde sua chamada, a temática desta edição contou com grande atenção e contribuição de pesquisadores da área de política social e afins que buscam entender os determinantes estruturais e conjunturais colocados pelos processos avassaladores de destruição de direitos em curso, compreendendo-os como fundamentais para o Serviço Social, contribuindo não só para a ampliação dos debates e da socialização da produção de conhecimento da área de Serviço Social e afins, mas também para oferecer subsídios para a formação e exercício profissional de assistentes sociais inseridos nos diferentes espaços sócio-ocupacionais nas políticas sociais.

O Estatuto da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), revisado e aprovado em 1998, reafirma como uma das finalidades desta Associação “estimular a publicação semestral da Revista *Temporalis* como revista nacional da ABEPSS” (ABEPSS, 1998). Dando continuidade ao esforço coletivo das gestões anteriores de indexação e qualificação da revista, a atual diretoria da ABEPSS, ciente da relevância e essencialidade deste objetivo, além de manter a política de uma comissão editorial composta por membros para além da diretoria, conduziu a discussão sobre a sustentabilidade da *Temporalis* na Assembleia extraordinária realizada na Oficina Nacional da ABEPSS dia 07 de novembro de 2017, na Universidade Federal Fluminense. Após informes e debates sobre o ponto, ficou deliberado que a revista *Temporalis* se manterá apenas online a partir deste número. Tal medida se faz necessária tanto pelos custos financeiros da revista impressa e sua distribuição, como por primar por uma política de divulgação mais abrangente, ampliando o acesso deste periódico aos leitores/as do Serviço Social e áreas afins.

O presente volume, sob o tema *Estado, política social e regressão de direitos*, expressa não só um debate urgente e necessário, mas um anseio da categoria já indicado pelo Grupo Temático de Pesquisa de Política Social e Serviço Social em seus colóquios e mesa temática realizada no último ENPESS em 2016, em Ribeirão Preto. Respondendo a essas demandas, este volume abriga, em sua maioria, artigos temáticos relacionando o tema do Estado, das políticas sociais e a atual conjuntura nacional e internacional, levando em conta as transformações ocorridas com a crise capitalista, a hegemonia neoliberal, a financeirização, os impactos

nas classes trabalhadoras, considerando as particularidades dessas mudanças no capitalismo dependente latino-americano e brasileiro.

Cabe salientar que o modo de ser da política social no capitalismo maduro vem acompanhado de uma severa ofensiva sobre o trabalho na perspectiva de ampliar as taxas de lucro, o que conseqüentemente implica em pressão para ampliação das condições de exploração do trabalho, por meio de flexibilizações, terceirização, informalização, dentre outras formas de precarização estrutural do trabalho e dos meios de vida dos trabalhadores, que trazem como resultantes o aumento da superpopulação relativa e do pauperismo, impactando na forma das políticas sociais que tendem a orquestrar ações de gerenciamento da pobreza, contribuindo para mistificar material e ideologicamente o solapamento dos direitos sociais e a perda da proteção social.

No Brasil, a opção por um modelo econômico ortodoxo, que seguiu à risca a agenda neoliberal administrada pelos organismos multilaterais, demonstra uma vinculação direta entre a política social e o capital que porta juros, seja por meio das desvinculações e constrangimentos orçamentários, seja por meio da monetarização, bancarização e remuneração direta dos bancos pelos serviços prestados, contribuindo para que os princípios da não implementada Seguridade Social constitucionalmente projetada sejam aniquilados.

Manipulando essas tendências estruturais e conjunturais está o Estado capitalista, trincheira de proteção estratégica da ordem da propriedade privada e da acumulação privada da riqueza socialmente produzida, que tem no centro desta zona estratégica a classe dominante (IASI, 2013). De modo violento, mas ao mesmo tempo mistificado em múltiplas ideologias, o uso adequado da violência para manutenção da dominação burguesa vem sendo apresentado como legítimo, numa nova síntese de coerção e consenso, onde as políticas sociais de gotejamento possuem papel chave.

Contudo, as contradições dessa sociabilidade vêm provocando também rebeldias, resistências e enfrentamentos, que vão desde movimentos sociais e formas de lutas com pautas coletivas à miserabilidade e aos crimes que se tornam “incômodos” sociais

para onde se voltam ações de segurança e assistência social públicas.

Reverberando essas questões, a revista 34 está organizada em duas seções. A primeira delas formada por Artigos Temáticos engloba debates diretamente vinculados à chamada temática desta edição e a segunda organizada por uma seção de Temas Livres.

O texto que abre esta edição é de Jaime Osorio cuja preocupação central é entender como se estabelecem os elementos que determinam e definem o Estado e o poder político no capitalismo de forma geral, para daí caracterizar as bases do que classifica como Estado dependente. Para isso, toma por base a relação entre Estado e sociedade civil e a distinção entre Estado e aparato de Estado para explicar emergência, potencialidades e limitações dos chamados governos populares na América Latina.

Em “Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil”, Tatiana Brettas aborda os mecanismos que contribuíram para a financeirização das políticas sociais no Brasil no contexto do neoliberalismo, resgatando aspectos da formação sócio-histórica brasileira que contribuem para a análise dos marcos da dependência e seus elementos estruturais. A autora busca, sem perder de vista as marcas estruturais de nossa economia dependente, identificar algumas das novidades conjunturais trazidas pelo neoliberalismo.

No artigo “O Fundo Público e a Superexploração do trabalho no Brasil”, Renata Gomes da Costa aborda o fundo público como uma mediação decisiva no capitalismo, por possuir uma função central no processo de valorização ao participar de forma direta e indireta da produção de mais-valia. Para pensar as particularidades de como o fundo público financia as políticas sociais no Brasil, busca aportes na Teoria Marxista da Dependência (TMD), a fim de realizar as mediações necessárias que expliquem as contradições, limites e possibilidades do financiamento das políticas sociais no capitalismo dependente. Como a produção de mais-valia no Brasil carrega a marca da dependência, a superexploração do trabalho aparece como chave explicativa central para o entendimento da lei do valor e do fundo público em nossa realidade.

Erika Cordeiro do Rego Barros Valentim e Juliane Feix Peruzzo realizam uma crítica ao empreendedorismo no artigo “A ideologia empreendedora: ocultamento da questão de classe e sua funcionalidade ao capital”. As autoras realizam uma pesquisa teórica e demonstram como o empreendedorismo, enquanto ideologia do capital, impacta diretamente sobre o reconhecimento do pertencimento da classe trabalhadora. Partindo das obras centrais de Schumpeter, pensador considerado de maior relevância teórico-conceitual na definição do empreendedorismo e do indivíduo empreendedor, fazem uma confrontação teórica e política dessa perspectiva com as ideias de Marx, com destaque para a centralidade da categoria classe trabalhadora e sua validade na contemporaneidade, afirmando-a enquanto mediação fundamental para a compreensão do significado e sentido da ideologia empreendedora no contexto da luta de classes.

No artigo “Aproximações críticas ao conceito de equidade presente nos documentos da Cepal e do Banco Mundial”, Paloma Ravylla de Miranda Lima e Jordeana Davi abordam as concepções desenvolvidas contemporaneamente para o enfrentamento à “questão social”, particularmente no âmbito da região latino-americana. Para tanto, realizam uma pesquisa bibliográfica e documental para analisar as propostas e recomendações contidas nos documentos da Cepal e do Banco Mundial acerca da equidade, conceito-chave na reconfiguração do marco teórico das políticas sociais adotado no contexto das contrarreformas iniciadas nos anos 1990.

Fornecer elementos para uma crítica marxista à economia política da contrarreforma previdenciária é o objetivo de Thais Soares Caramuru, no artigo “Uma crítica marxista à economia política da contrarreforma previdenciária”. Partindo da violenta ofensiva capitalista contra as condições de vida, trabalho e proteção social da classe trabalhadora brasileira, a autora sustenta que, no caso da Seguridade Social, mais precisamente da Previdência, o ataque burguês visa à imposição de uma drástica restrição do acesso a esta política social por parte de amplos contingentes de trabalhadores.

Trazendo o debate sobre a destrutividade socioambiental e os limites do capital, Leticia Soares Nunes, no artigo “A questão

socioambiental na contemporaneidade: caráter destrutivo da acumulação capitalista”, reflete sobre a conjuntura brasileira e os graves problemas socioambientais que vem assolando o país, potencializados por uma política ambiental que responde aos interesses do grande capital. A autora parte do pressuposto de que a agenda socioambiental brasileira vem privilegiando o discurso do consumo consciente e das saídas técnicas enquanto principais estratégias para “compatibilizar” produção da riqueza com sustentabilidade social e ambiental no capitalismo, conteúdos alinhados com as orientações dos organismos internacionais. Salienta no texto que as relações sociais capitalistas são a causa principal da crise socioambiental contemporânea, visto o distanciamento do homem e da natureza, a utilização classista dos recursos naturais e o uso irracional do mundo natural. Da mesma forma, a gestão ambiental pública brasileira vem estabelecendo estratégias que estão submetidas à mesma lógica do capital para obtenção de lucro, não interferindo nas causas da crise.

No artigo “Questão ambiental e precarização do trabalho a partir da realidade do lixão Iguatu - Ceará”, Maria Wiliana Alves Lucas, Evelyne Medeiros Pereira, Luana Paula Moreira Santos abordam a questão ambiental como uma das expressões da “questão social” e suas implicações nos processos de precarização de vida e trabalho de catadores e catadoras de materiais recicláveis daquela localidade. As autoras apreendem as contradições inerentes a este cotidiano de trabalho e os desafios impostos a esses sujeitos, associadas à dinâmica atual do padrão de (re)produção capitalista, aos reflexos no mundo do trabalho e a ausência de uma política pública efetiva de gestão de resíduos sólidos em âmbito municipal, conforme preconiza a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

No contexto da Política Nacional de Assistência Social, Robson Roberto Silva no artigo “Os projetos de Assistência Social em disputa e o padrão híbrido de gestão do SUAS” desenvolve análise sobre a construção da assistência social no Brasil, enquanto política pública, a partir do tensionamento entre distintos projetos nessa política, alinhados a projetos antagônicos de sociedade desde o início da chamada “Nova República”. Diante disso, desde meados dos anos de 1990 vem sendo organizado um padrão híbrido de gestão, cujos principais traços de continuidade e rupturas são

apresentados neste trabalho no período de construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Cilene Sebastiana Braga e Mayra Ferreira Soares no artigo “Família e violações de direitos sociais no sudeste do Pará” refletem a relação entre família e política social na particularidade da assistência social, tendo como foco as violações de direitos sociais encontradas no âmbito do trabalho infantil, violência sexual e negligências, chamando atenção para a forte responsabilização das mulheres e famílias nessas situações de violências.

No artigo “Crianças e adolescentes: o sistema de proteção social em Pernambuco”, Elisa Celina Alcantara Carvalho Mélo e Nathália Gregório dos Santos analisam os tipos de violações de direitos a crianças e adolescentes atendidas nos CRAS e CREAS do Estado de Pernambuco. Para realizar tal reflexão, além de pesquisa bibliográfica, foram coletados dados das planilhas anuais sobre os relatórios mensais de atendimentos dos CRAS e CREAS de 2016 no site do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Diante dos dados e análises apresentadas, as autoras destacam que mesmo diante dos avanços legais trazidos por meio da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, os índices e as formas de violações de direitos cometidas contra crianças e adolescentes são alarmantes.

O artigo “População em situação de rua: crise do capital e o desmonte das políticas públicas” de Erika dos Santos Tolentino e Valeria Pereira Bastos articula os impactos da crise atual do capital no Brasil, as consequências para as políticas sociais, a diminuição de financiamento público, a redução de direitos sociais e os desdobramentos para as camadas mais pobres da classe trabalhadora com o que ocorre com a população de rua no país. Trata-se de um estudo teórico, considerando a teoria marxiana, a partir da Lei Geral de Acumulação Capitalista no livro I de O Capital, identificando-a no conjunto de pessoas que atualmente compõem a superpopulação relativa estagnada do exército industrial de reserva. O texto expõe esses elementos em dois momentos, no primeiro, procede uma breve análise sobre a crise econômica e política atual; no segundo discorre sobre a população em situação de rua, correlacionando com a categoria de superpopulação relativa

estagnada e os rebatimentos vividos pela população de rua em decorrência do acirramento da crise, relacionando o atendimento dos seus direitos pelo Estado no âmbito das políticas sociais.

O artigo “Morador de Rua: causas, entraves e serviços ofertados” compõe o eixo temático da assistência social apresentando um estudo da realidade dos moradores de rua a partir do público atendido nas unidades de serviço de atendimento aos moradores de rua em Montes Claros – Minas Gerais (no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop, o Serviço Especializado em Abordagem Social e o Consultório na Rua). As autoras Elucleia Oliveira Balieiro, Carla Patrícia Dias Soares e Eliana de Araújo Vieira apresentam, por meio das narrativas de moradores de rua e de profissionais das unidades/serviço supra-referidos, como a pessoa que reside na rua utiliza o espaço da rua ou albergues públicos para pernoite, e quais são as perspectivas de saída por parte de moradores de rua da situação na qual se encontram, tomando como referência os serviços públicos ofertados a este fim.

No contexto da política de Saúde, Edvânia Ângela de Souza Lourenço retrata através da pesquisa “Trabalho e saúde das assistentes sociais da área da saúde” a relação trabalho e saúde de assistentes sociais que atuam nos serviços de saúde, expondo o perfil dos profissionais, os locais onde atuam, as principais formas de contratação, de salário, bem como os elementos constitutivos para a realização no trabalho. Os resultados evidenciaram que há questões que interatuam para o processo de sofrimento no e pelo trabalho, que há forte presença dos modelos privados na gestão dos serviços de saúde do SUS, contratação por meio de processo seletivo e de indicação, baixos salários, pressão para não aceitação à jornada de 30 horas, uma conquista da categoria profissional em 2010, mostrando um quadro de precarização geral das condições de trabalho de assistentes sociais que atuam nessa política.

O artigo “‘Vida nua’ e Estado de exceção: as penitenciárias de Mato Grosso”, de Cíntia Lopes Branco e Imar Domingos Queiroz, analisa as condições de vida nas penitenciárias de Mato Grosso, correlacionando essa realidade aos direitos previstos nas legislações vigentes da área. As análises descortinam as condições

de vida e a prevalência de medidas de exceção no sistema penitenciário, que alimentam o caos e transformam territórios e os sujeitos de direitos em pessoas descartáveis, passíveis de serem exterminadas.

No âmbito da Educação Superior as autoras Mônica Duarte Cavaignac e Renata Maria Paiva da Costa mostram no artigo “Serviço Social, Assistência Estudantil e Contrarreforma do Estado” uma análise do trabalho profissional na área da educação, especificamente no âmbito da assistência estudantil, a partir de um estudo com assistentes sociais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). As autoras apontam os principais desafios e perspectivas dos/as profissionais num cenário marcado pela contrarreforma do Estado, pelo desmonte das políticas sociais públicas e pela negação dos direitos sociais, que impõe limites ao exercício profissional da categoria, dificultando a efetivação da política de assistência estudantil, comprometendo, assim, o acesso à educação como um direito.

A análise da atuação contemporânea da Bancada Ruralista no Congresso Nacional como uma expressão singular do avanço do conservadorismo na política brasileira é o objetivo de Elizângela Cardoso de Araújo Silva, no artigo “Conservadorismo, Bancada Ruralista e Indígenas”. A autora trata dos principais desdobramentos dessa conjuntura para a relação entre Estado e questão indígena, discutindo os desafios dos povos originários para o enfrentamento do conservadorismo nos processos de resistência de luta pela terra. A partir de pesquisa bibliográfica e documental, a autora interpreta as expressões do conservadorismo em instâncias peculiares da esfera institucional da política brasileira, demonstrando que a constituição da Bancada Ruralista tem na base de sua atuação o projeto da classe dominante que atinge objetivamente as condições de vida dos povos indígenas, com a regressão de direitos e o acirramento dos conflitos no campo.

Iniciando a seção de Temas Livres a pesquisa bibliográfica de Maiara Lopes da Silva no artigo “Reificações da “questão social”: armadilhas do capital em tempos de crise estrutural”, toma como objeto de investigação a “questão social”, objetivando problematizar suas reificações frente ao contexto de crise

estrutural do sistema sociometabólico do capital, indica como tal processo de mistificação vem rebatendo no Serviço Social e como a profissão precisa enfrentá-lo. Nesse contexto, a autora indica a necessidade do/a assistente social ter o domínio histórico, teórico, metodológico, técnico e ético a respeito da “questão social” para não ser sucumbido pelas armadilhas do capital no seu “fazer profissional”.

Cristiane Luiza Sabino Souza, no artigo “Cooperação antagônica e dupla articulação dependente: a dinâmica da luta de classes no Brasil”, aborda os elementos centrais para a análise da reprodução social inerente ao desenvolvimento capitalista dependente, utilizando as categorias dupla articulação dependente de Florestan Fernandes e cooperação antagônica de Ruy Mauro Marini para evidenciar sua proximidade para a compreensão das contradições de classe sob a dependência estrutural. Segundo a autora, o acirrado avanço das burguesias nacionais e internacionais na disputa do excedente econômico para suprir a valorização do capital escancara a desigualdade política, social e econômica entre as classes, colocando na pauta do dia a necessidade de organização da classe trabalhadora, como meio de resistência à violação de direitos e aos mecanismos de sustentação da dependência.

O artigo “Produção do Conhecimento dos Cursos de Pós-Graduação em Serviço Social sobre Lutas, Organizações, Movimentos Sociais e Serviço Social”, de Maria Lucia Duriguetto retrata o estado da arte da produção acadêmica das Teses de Doutorado e das Dissertações de Mestrado dos cursos de Pós-Graduação da Área Serviço Social no período de 1985 a 2011. A autora analisa a questão das lutas, organizações e movimentos sociais dos trabalhadore(a)s e sua relação com o Serviço Social e o trabalho profissional. Diante dos dados apresentados Duriguetto nos convoca a pensar sobre a tematização das relações do Serviço Social com o universo das lutas, organizações e movimentos sociais na produção acadêmica, na formação e no exercício profissional.

Marina Monteiro de Castro e Castro e Ana Maria Ferreira apresentam na pesquisa “Estágio Supervisionado em Serviço Social: reflexões a partir da realidade da Universidade Federal de Juiz de Fora” uma análise sobre a organização e a avaliação do processo de

supervisão de estágio e seus desafios contemporâneos, bem como sobre as condições de trabalho dos profissionais, as características da política de estágio e a contribuição para a formação e o trabalho profissional. Os desafios apontados na pesquisa realizada estão atrelados a uma série de demandas postas pelo mercado que busca profissionais capazes de dar respostas imediatas e burocratizadas, muitas vezes vazias de compreensão crítica, e, ao mesmo tempo, a um conjunto de lutas pela urgência do fortalecimento do Projeto Ético Político Profissional, direção para o projeto de formação profissional, na defesa da Política Nacional de Estágio (PNE) e das resoluções do conjunto CFESS/CRESS acerca do estágio, apontando para a necessidade de organização e fortalecimento do processo de supervisão de estágio.

O artigo “Uma reflexão sobre as contribuições da arte nas lutas sociais”, de Priscila Rodrigues Castro, elabora uma reflexão sobre as potencialidades artísticas presentes nas lutas sociais contemporâneas, a partir de um panorama sobre os processos de construção e estilos culturais estabelecidos com o capitalismo tardio fundamentados na teoria de Frederic Jameson. Destacando a ostensiva reação conservadora e fundamentalista às manifestações artísticas originárias das lutas sociais da classe trabalhadora, a autora defende o uso político da arte para potencializar as lutas coletivas e impedir o avanço do retrocesso na conquista de direitos e liberdades de fruição humanas.

Fechando esta edição, Micaela Alves Rocha da Costa, Lizete Augusta Vidal Pereira Lopes Silva, Andréa Lima da Silva, em “Agenda Feminista em construção e a direção emancipatória do conjunto CFESS/CRESS”, analisam a contribuição política do conjunto CFESS/CRESS para a consolidação da luta feminista, étnico-racial e da diversidade sexual na formação e no exercício profissional, por meio de resoluções e publicações consideradas fundamentais para o pensar e o fazer profissional comprometidos com a classe trabalhadora. As autoras reconhecem a contribuição do conjunto CFESS/CRESS para a construção de uma cultura feminista com a perspectiva crítica, frente ao avanço do neoliberalismo e da pós-modernidade, mas também destacam os preocupantes ataques à direção política das entidades, os quais colocam em xeque as lutas feministas, de igualdade racial e de diversidade sexual que vêm se

desenhando no âmbito profissional.

Esperamos que a leitura adense a crítica e aguçe novas inspirações para as lutas, pois como nos anuncia Iasi (2017; p.437): “empenhemo-nos em ser os precursores de algo muito diverso do existente que se anuncia e que não virá sem nossos esforços”.

Desejamos uma ótima leitura!!

“Quem é de luta, Resiste!”
Gestão 2017-2018

REFERENCIAS

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. ABEPSS. Estatuto. Brasília. 1998.

IASI, Mauro. O Estado e a violência. In: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/10/16/o-estado-e-a-violencia/> . Acesso em 10 de novembro de 2013.

IASI, Mauro. Política, Estado e ideologia na trama conjuntural. São Paulo: ICP, 2017.